

**PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – Cód. 18/A**

**INSTRUÇÃO:** As questões **16 a 20** concernem ao Código Civil Brasileiro em vigor.

**QUESTÃO 16**

Serão registrados em registro público, **EXCETO**:

- a) os testamentos e contratos.
- b) os nascimentos, casamentos e óbitos.
- c) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- d) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.

**QUESTÃO 17**

Todas as afirmativas estão **corretas, EXCETO**:

- a) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
- b) A gratuidade é inerente ao uso comum dos bens públicos.
- c) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- d) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

**QUESTÃO 18**

É **CORRETO** afirmar:

- a) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.
- b) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme os princípios gerais de direito.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá, preferencialmente, ao sentido literal da linguagem.
- d) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

**QUESTÃO 19**

Todas as afirmativas estão **corretas, EXCETO**:

- a) Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- b) Aquele que provocar, em qualquer circunstância, a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, comete ato ilícito.
- c) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- d) Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

**QUESTÃO 20**

A prescrição ocorre em \_\_\_\_\_ anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

A alternativa que preenche **CORRETAMENTE** o enunciado é:

- a) cinco.
- b) dez.
- c) quinze.
- d) vinte.

**INSTRUÇÃO:** As questões **21** a **25** concernem ao Código de Processo Civil Brasileiro em vigor.

**QUESTÃO 21**

Todas as afirmativas estão **corretas, EXCETO**:

- a) Concorrendo diversos autores ou diversos réus, os vencidos respondem pelas despesas e honorários em proporção.
- b) Nos juízos divisórios, não havendo litígio, os interessados pagarão as despesas proporcionalmente aos seus quinhões.
- c) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelo requerente, mas rateadas entre os interessados.
- d) Se houver desistência ou reconhecimento do pedido, total ou parcial, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu ou reconheceu.

**QUESTÃO 22**

Todas as afirmativas estão **corretas**, **EXCETO**:

- a) O juiz dará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele.
- b) O juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.
- c) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários e obrigações contratuais.
- d) Nas comarcas onde houver representante judicial de incapazes ou de ausentes, a este competirá a função de curador especial.

**QUESTÃO 23**

É **CORRETO** afirmar:

- a) Considera-se proposta a ação, mediante protocolo da petição.
- b) O processo civil começa por iniciativa da parte, que consubstancia o impulso oficial.
- c) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu.
- d) A propositura da ação produz, quanto ao réu, os efeitos mencionados na lei, depois que a petição inicial for despachada pelo juiz.

**QUESTÃO 24**

A alternativa que **NÃO** contém exclusivamente causas de extinção do processo, sem resolução de mérito, é:

- a) Quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- b) Quando assim se decidir em convenção de arbitragem, quando o autor desistir da ação e quando for oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como de suspeição ou impedimento do juiz.
- c) Quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada e quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.
- d) Quando o juiz indeferir a petição inicial, quando o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes e quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de trinta dias.

**QUESTÃO 25**

Assinale o recurso cabível quando acórdão não unânime houver julgado procedente ação rescisória, em grau de apelação:

- a) embargos infringentes.
- b) agravo de instrumento.
- c) embargos de divergência.
- d) recurso ordinário.

**INSTRUÇÃO:** As questões **26** a **35** concernem à Constituição da República em vigor.

**QUESTÃO 26**

A alternativa que **NÃO** contém bem exclusivo da União é:

- a) os potenciais de energia elétrica.
- b) os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- c) as áreas em ilhas oceânicas e costeiras.
- d) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

**QUESTÃO 27**

Todas as afirmativas estão **corretas**, **EXCETO**:

- a) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual.
- b) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- c) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- d) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.

**QUESTÃO 28**

E **CORRETO** afirmar:

- a) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição da República.
- b) Cabe aos Estados a exploração dos serviços locais de gás canalizado, na forma da lei ou de medida provisória.
- c) Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito situadas no seu território.
- d) Os Estados poderão instituir por lei regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

**QUESTÃO 29**

São matérias sujeitas à competência legislativa privativa da União:

- a) direito processual e procedimentos em matéria processual.
- b) previdência social e proteção e defesa da saúde.
- c) direito tributário e financeiro.
- d) informática e transporte.

**QUESTÃO 30**

É matéria que **NÃO** se insere no rol de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) Exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas.
- b) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- c) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais.
- d) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

**QUESTÃO 31**

Compete **privativamente** à Câmara dos Deputados, **EXCETO**:

- a) Eleger dois membros do Conselho da República.
- b) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- c) Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- d) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

**QUESTÃO 32**

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes, **EXCETO**:

- a) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- b) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral, garantindo-se também às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse econômico e o desenvolvimento tecnológico do País.

**QUESTÃO 33**

Todas as afirmativas estão **corretas**, **EXCETO**:

- a) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- b) A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta, vedando o acesso a informações privilegiadas.
- c) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
- d) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

**QUESTÃO 34**

É **CORRETO** afirmar:

- a) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- b) Na hipótese da alternativa “a”, caberá à lei dispor sobre o prazo de duração do contrato, os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações, atribuições, responsabilidade e requisitos para a designação de seus dirigentes, bem como a remuneração do pessoal.
- c) Na hipótese da alternativa “a”, caberá a decreto regulamentar o prazo de duração do contrato e a remuneração do pessoal, entre outros tópicos contratuais.
- d) Não se aplicam às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias as limitações constitucionais a que se sujeitam a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, no tocante ao parâmetro do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal como teto remuneratório.

**QUESTÃO 35**

Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, **EXCETO**:

- a) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- b) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- c) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- d) Investido no mandato de Prefeito ou Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

**INSTRUÇÃO:** As questões **36** a **40** concernem aos Códigos Penal e de Processo Penal Militar brasileiros em vigor.

**QUESTÃO 36**

Todas as afirmativas estão **corretas**, **EXCETO**:

- a) As medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo da sentença, que prevalece face à lei vigente ao tempo da execução, caso beneficie o condenado.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irreversível, salvo quanto aos efeitos de natureza civil.
- c) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irreversível.
- d) Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

**QUESTÃO 37**

Extingue-se a punibilidade:

- a) pela decadência.
- b) pela reabilitação.
- c) pelo perdão da vítima.
- d) pelo ressarcimento do dano, no peculato.



**QUESTÃO 38**

A prescrição da ação penal regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

- a) em seis anos, se o máximo da pena é superior a dois e não excede a quatro.
- b) em dez anos, se o máximo da pena é superior a quatro e não excede a oito.
- c) em quinze anos, se o máximo da pena é superior a doze.
- d) em trinta anos, se a pena é de morte.

**QUESTÃO 39**

"O inquérito policial militar é a apuração \_\_\_\_\_ de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução \_\_\_\_\_, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal".

A alternativa que contém as expressões legais que completam o dispositivo supracitado é:

- a) exaustiva / conclusiva.
- b) administrativa / definitiva.
- c) sumária / provisória.
- d) ordinária / provisória.

**QUESTÃO 40**

É **CORRETO** afirmar:

- a) Na apuração de fato delituoso, o encarregado do inquérito poderá requisitar ao procurador-geral a indicação de procurador que lhe dê assistência.
- b) Para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo, o encarregado do inquérito poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, da maneira que julgar necessária ao esclarecimento dos fatos.
- c) O inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.
- d) Será encarregado do inquérito oficial de posto não inferior ao de capitão ou capitão-tenente; e, em se tratando de infração penal contra a segurança nacional, sê-lo-á sempre oficial superior, atendida, em cada caso, a sua hierarquia, se oficial o indiciado.